



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9458 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT12 - Currículo

“EDUCAÇÃO JÁ!”: REGULAÇÃO E GOVERNANÇA EM TORNO DO PROBNCC

Marcia Betania de Oliveira - UERN - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Joelma de Sousa Lemos - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO

“EDUCAÇÃO JÁ!”: REGULAÇÃO E GOVERNANÇA

EM TORNO DO PROBNCC

Resumo

Neste escopo abordamos a proposta “Educação já!”, como parte de uma rede política, com tentativa de controle das ações do governo federal, em especial do Ministério da Educação (MEC), nas/para as políticas educacionais para a educação básica, principalmente no que diz respeito ao Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC). Também, como discurso de salvação da qualidade de ensino oferecido nas escolas públicas, que supostamente representam a melhoria do mundo por parte de um conjunto de instituições vinculadas à sociedade civil organizada. Apresentamos dados de uma pesquisa qualitativa desenvolvida com base na leitura do documento “Educação já!”, articulada com abordagens sobre regulação e governança presentes nas redes de políticas educacionais (Afonso, 2019; Ball, 2014). Consideramos que propostas como o “Educação já!” se apresentam como a defesa e disseminação de soluções privadas e empreendedorismo social aos problemas da educação pública, delineando um conjunto de novas relações desfocadas e de interesses no âmbito da política e da educação públicas. Nesse contexto, as redes políticas dão espaços a novas vozes dentro do discurso das políticas, articulando e validando narrativas sobre o que conta sobre “boa política”.

Palavras-chave: “EDUCAÇÃO JÁ!”. Regulação. Governança. ProBNCC.

‘Educação Já!’: produção discursiva sobre o fracasso estatal

Dentre as várias formas de regulação das políticas públicas (não apenas) educacionais está a governança. Afonso (2019), ao abordar tendências regulatórias e seus impactos nas desigualdades sociais, e destacar o papel cada vez maior das empresas, dos empreendimentos sociais e da filantropia na prestação de serviços de educação e de

políticas educacionais, possibilita compreendermos regulação e governança enquanto relações complexas. Esse autor destaca que “governança está relacionada com a problemática da coordenação, enquanto regulação aparece associada à variabilidade e à reprodução de um dado sistema social” (Reis, 2013, apud AFONSO, 2019, p. 5).

Neste escopo apresentamos o documento “Educação já!” como proposta de governança regulatória, com tentativa de controle das ações do governo federal, em especial do MEC, nas/para as políticas educacionais para a educação básica, principalmente no que diz respeito ao Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC).

O ‘Educação Já!’ se apresenta como uma ação liderada pelo movimento brasileiro Todos Pela Educação[1], desde 2018, em parceria com outras organizações e especialistas do setor, considerada como uma proposta “fundamentalmente construída a partir da colaboração de um grupo plural[2] de especialistas e profissionais da educação” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2018, p.5), apontando um conjunto de macro diretrizes organizadas em três grandes eixos (fatores intraescolares, viabilizadores em nível de sistema e fatores extraescolares) com vista a “nortear a política educacional em todos os níveis de governo [...] a médio e longo prazo (8 a 12 anos), para que consigamos elevar a qualidade da educação básica” (idem, grifo do autor).

É destacado que o conteúdo da proposta “possui uma abordagem técnica, não tendo como objetivo adequar-se à linguagem de discursos políticos”, mas “fornecer subsídios para aqueles que poderão dar início a um processo de mudança tão urgente para a educação básica brasileira e, acima de tudo, para o País” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2018, p.5).

Ao discutir sobre redes de políticas educacionais, fluxos de políticas e influência internacional, Ball (2014) destaca a reforma dos sistemas de ensino públicos juntamente a linhas gerencialistas/empreendedoras como um dos eixos principais de tendências globais na política educacional; Tal eixo se apresenta de perspectiva “[...] pós-neoliberal, no sentido de reafirmar o papel do Estado, mas em uma nova forma e com novas modalidades envolvendo uma mudança de governo para governança; isto é, de burocracia para redes; de prestador para contratante” (BALL, 2014, p. 37), envolvendo novas formas de prática e cultura organizacional (metaorganização).

Ball (2014, p.32) afirma, com base em alguns autores, “que essas formas de coordenação baseadas em redes estão deslocando a hierarquia e os mercados e se desenvolvendo como o modo dominante de governança e de organização social”. Nesse sentido, “agências multilaterais, ONGs e interesses e influências de empresas podem constituir, separadamente ou em conjunto, uma poderosa alternativa de política para o ‘fracasso’ do Estado”, por meio dos quais “determinados discursos e conhecimentos ganham legitimidade e credibilidade” (p. 34, grifo do autor).

Há na proposta “Educação já!” produções discursivas de que “as políticas educacionais brasileiras não têm tido força para garantir melhorias significativas em escala na qualidade da educação básica, em particular no que diz respeito aos indicadores de aprendizagem” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2018, p.6), situação em que a referida proposta apresenta dois desafios (um de natureza técnica e outro de natureza política) como elementos para explicar “o dilema de o País não conseguir prover educação de qualidade em escala” (idem).

No que diz respeito aos desafios de natureza técnica são destacados: ausência, em

muitas das redes de ensino, de políticas educacionais essenciais para a aprendizagem já consolidadas pela literatura; frágil estrutura de gestão e implementação da política educacional em todos os níveis da federação; falta uma estratégia nacional sistêmica que seja capaz de articular União, Estados e Municípios em torno de um projeto comum e que consiga promover alto grau de coerência entre as políticas educacionais adotadas. Por sua vez, o desafio de natureza política está no considerado baixo incentivo dos governantes para atuarem politicamente pela educação e efetivamente buscarem melhorias na aprendizagem dos alunos (o que inclusive, na proposta do documento em pauta, explica parte importante dos desafios de natureza técnica).

Como forma de disseminar discursos do fracasso da ação estatal, esses grupos se apresentam como importadores de novas técnicas de gestão para o setor público; como atividades que, conforme descritas por Ball (2014, p 38, grifos do autor), “implicam tanto o ‘empreendedorismo de políticas’ e, ao mesmo tempo, os processos de transferência de políticas e são um mecanismo de convergência de políticas”. Convém destacar que

Os consultores e as empresas educacionais que participam estão entregando “desenvolvimento” e política de ajuda (por um lucro potencial), desenvolvendo infraestruturas políticas locais e incorporando discursos de políticas predominantes, diretamente ou como “alastradores (*spillovers*)” nos sistemas de políticas locais, trabalhando com vários “parceiros”. (BALL, 2014, p 38, grifos do autor).

Nessa perspectiva, o “Educação já!” apresenta sete medidas consideradas prioritárias a serem desencadeadas pelo Governo Federal (para o primeiro ano da gestão 2019-2022), as quais vão desde medidas estruturantes (de responsabilidade direta da União e dão as bases para mudanças sistêmicas na educação básica) até medidas de apoio e indução às redes nas diferentes etapas da educação. Dentre elas destacamos respectivamente as metas 3 e 7: “oferecer apoio e incentivo às redes de ensino para a implementação da BNCC da educação infantil e do ensino fundamental, de modo a garantir a oferta de recursos e programas pedagógicos essenciais em todas elas” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2018, p.8) e, “avançar as discussões e definições [...] sobre a reorganização do ensino médio [...] e apoiar Estados na implementação das mudanças estabelecidas” (idem, p.9).

É destacado que as medidas então propostas “[...] não visam sugerir uma lógica intervencionista de ação” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2018, p.77), e que, com exceção das ações que são de atribuição direta da União, as demais ações ali apresentadas “[...] estão ancoradas no princípio da coordenação, indução e apoio para criação de melhores condições, para que as redes de ensino liderem os esforços de execução das políticas educacionais junto a suas escolas” (idem). Nessa perspectiva, associamos o ‘Educação Já!’ ao que Ball (2014) aponta como diferentes projetos/programas educacionais como parte de uma rede política os quais, ainda que imbuídos das mais nobres intenções, evidenciam o avanço de um paradigma gerencialista que parece ser a salvação da qualidade de ensino oferecido nas escolas públicas, supostamente representando a melhoria do mundo por parte de um conjunto de instituições vinculadas à sociedade civil organizada.

Sobre o Todos pela educação, Ball (2014, p. 63) afirma que “o projeto/programa [...] tem desenvolvido metas para a educação brasileira e introduzido ferramentas de monitoramento de desempenho com a ajuda de peritos em educação americanos e brasileiros” utilizando “canais acadêmicos e de mídia para ajudar a promover a educação como prioridade nacional” (idem).

2 Regras de governança e gestão das redes de ensino: o ProBNCC em foco

Ao definir prioridades a serem seguidas/cumpridas pelo governo federal, o “Educação já!” propõe reestruturar regras de governança e melhoria da gestão das redes de ensino, com objetivos de aprimorar a organização federativa na educação por meio da “regulamentação de um Sistema Nacional de Educação (de cooperação federativa), a fim de garantir maior articulação entre União, Estados e Municípios e apoiar a melhoria da gestão das Secretarias de Educação” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2018, p.78). Em especial, na ideia de

Aprimorar a gestão do Ministério da Educação (MEC), promovendo mudanças na estrutura organizacional e revendo questões de atratividade e retenção nos cargos de liderança, constituindo um corpo técnico de alta qualidade. Em paralelo, aprimorar a gestão administrativa e orçamentária do MEC para que este consiga atuar com mais ênfase como coordenador do sistema e melhor executar as políticas nacionais prioritárias (idem).

Há na proposta em análise o objetivo de “Fortalecer a governança já existente no Governo Federal (MEC-CNE-Inep-FNDE), garantindo a continuidade do processo de implementação da BNCC em todo território nacional” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2018, p.77), apontada nas prioridades de número 3 “Efetivação da Base Nacional Comum Curricular em todas as redes de ensino” e de número 7 “Nova proposta de escola no ensino médio”.

Entendemos haver uma tentativa de controle do ProBNCC da educação básica, a partir da oferta de apoio e incentivo às redes por meio do Todos pela educação, de modo a garantir a oferta de recursos e programas pedagógicos essenciais em todas elas. Há uma proposta de “manter e aprimorar esse programa, dando auxílio às redes na reformulação/construção de seus currículos e no fortalecimento de seus recursos e programas pedagógicos essenciais, tendo como premissa a colaboração entre Estado e Municípios”; também, de incluir no ProBNCC “estratégias específicas que contemplem as particularidades da educação infantil, para que seja efetiva a implementação dos currículos alinhados à Base desta etapa” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2018, p.77).

Na proposta “Educação já!” o fortalecimento dos considerados elementos essenciais para a gestão pedagógica das redes de ensino se dá a partir da construção/disseminação de

materiais de apoio de qualidade para alunos e professores, (incluindo referências de práticas pedagógicas, recursos digitais, planos de aula e sequências didáticas);

programas de formação continuada visando o aprimoramento da prática pedagógica à luz dos novos currículos e dos materiais de apoio;

avaliações processuais de aprendizagem atreladas ao currículo [...] incluindo disponibilização a nível nacional de banco de itens de avaliações formativas já utilizadas por redes do País;

materiais e programas de reforço e recuperação bem estruturados e políticas efetivas de correção de fluxo (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2018, p.80)

É possível relacionar tais propostas com as que Ball (2014) define como convergência de governança, onde “em diferentes graus, em diferentes países, o setor privado ocupa agora uma gama de funções e de relações dentro do Estado e na educação pública em particular” (BALL, 2014, p.181). Tais funções se apresentam como as de “patrocinadores, benfeitores, [...] contratantes, consultores, conselheiros, pesquisadores, fornecedores de serviço e assim por diante; tanto patrocinando inovações (por ação filantrópica) quanto vendendo soluções e serviços de política para o Estado, de forma relacionada” (idem).

Consideramos que propostas como o “Educação já!”, quando somadas a outras propostas, se apresentam com o que Ball (2014, p.24, grifo do autor) aponta como “a defesa e disseminação de soluções ‘privadas’ e empreendedorismo social aos ‘problemas da educação pública’; também, como sendo “o início do fim da educação pública em sua(s)forma(s) de ‘bem estar’”, delineando um conjunto de novas relações desfocadas e de interesses no âmbito da política e da educação públicas. Nesse contexto, as redes políticas dão espaços a novas vozes dentro do discurso das políticas, articulando e validando narrativas sobre o que conta sobre “boa política”.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Tendências regulatórias e impactos nas desigualdades educacionais. **Educação Social**, Campinas, 2019. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/337852300_TENDENCIAS_REGULATORIAS_E_IMP/ Acesso em: 14. jun. 2021

BALL, Stephen J. **Educação Global S. A.: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal**. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Educação Já!: uma proposta suprapartidária de estratégia para a Educação Básica brasileira e prioridades para o Governo Federal em 2019-2022**. (Versão para debate), 2018, Disponível em https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/170.pdf. Acesso em: 24 mai. 2021.

[1] O Todos pela educação se auto define como organização da sociedade civil com o objetivo de mudar para valer a qualidade da Educação Básica no Brasil. Sem fins lucrativos, não governamental e sem ligação com partidos políticos, é financiado por recursos privados, não recebendo nenhum tipo de verba pública. (Disponível em <https://todospelaeducacao.org.br/quem-somos/#o-todos-pela-educacao>. Acesso em: 10. Abr. 2021)

[2] Organizações que estão junto com o Todos para fazer avançar medidas específicas do Educação Já!: Fundação Itaú para Educação e Cultura, Fundação Lemann, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Fundação Roberto Marinho, Fundação Telefônica Vivo, Instituto Natura, Instituto Península, Instituto Sonho Grande, Instituto Unibanco, Movimento Colabora Educação, Movimento Pela Base, Movimento Profissão Docente (Disponível em <https://todospelaeducacao.org.br/educacao-ja/#parceiros-educacao-ja>. Acesso em: 12. Jun. 2021).